



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 038

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo .....</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição .....</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB.....</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL.....</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB .....</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB.....</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP .....</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT .....</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT .....</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL .....</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL .....</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS.....</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB.....</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

## Atos da Presidência:

### ATO DO PRESIDENTE Nº 06/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

#### D E C L A R A :

constituída a Comissão Temporária Externa, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 05 de abril de 2004, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para averiguar, *in loco*, a situação e os efeitos da longa estiagem que atinge as regiões Sudoeste e Oeste, e, em especial para acompanhar os trabalhos da Comissão Externa criada na Câmara Federal, quando esta estiver executando seus trabalhos neste Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 07/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

#### D E C L A R A :

constituída a Frente Parlamentar Universidade Para Todos, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 03 de maio de 2004, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, com o objetivo de promover a igualdade de direito para o acesso ao ensino superior do País, beneficiando grupos populacionais historicamente discriminados: a população negra, a indígena, os portadores de necessidades especiais, os carentes, a terceira idade, dentre outros segmentos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2004

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elio Rusch, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Ademir Bier, Carlos Simões, Cida Borghetti, Dr. Luciano Ducci, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Waldir Leite (17).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº CEE/G 042/2004, do Sr. Governador do Estado, solicitando que seja devolvida a Mensagem nº 006/2004 e da Aditiva nº 10/2004, para reavaliação.

Sob o nº 042/2004, do Sr. Alcidino Bittencourt Pereira - Diretor-Presidente da COMEC, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 010/2004, do Sr. Nelson Teixeira de Freitas Guimarães - Diretor Técnico da Paraná Investimentos S/A, encaminhando prestação de contas, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2003.

Sob o nº 835/2004, do Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando prestação de contas do Departamento de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 060/2004, do Sr. Eduardo Ferreira Baggio - Presidente da CLASPAR, encaminhando prestação de contas, pertinente ao exercício de 2003.

Sob o nº 922/2004, do Sr. Antonio Rycheta Arten - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 2003.

Sob o nº 068/2004, da Sra. Daysi Lucia Ramos de Andrade - Diretora do Arquivo Público do Paraná, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício orçamentário de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

#### OFÍCIO Nº 51/2004

Curitiba, 05 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para justificar a minha ausência, junto a esta Casa de Leis, nos dias 03 e 04 de maio do corrente ano. Nesses dias fui acometido por problemas de saúde, conforme comprova atestado médico em anexo.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba

Convênio INAMPS

ATESTADO MÉDICO

Atestado que o segurado Paulo Campos, necessita de 02 (dois) dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença (CID J01.9).

Curitiba, 04.05.2004.

(a) DR. ALEXANDRE S. A. TAULLE

Clínica Médica - Medicina do Trabalho

CRM-PR 14811

#### OFÍCIO Nº 053/2004

Curitiba, 28 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Os componentes do Partido Popular Socialista - PPS, comunicam a V. Exa. que, a partir de 01 de maio de 2004, o Deputado Ratinho Júnior foi designado como Líder da bancada do referido Partido.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(aa) RATINHO JÚNIOR, MARCOS ISFER, WALDIR LEITE e FELIPE LUCAS

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública da Comissão, no dia 12 de maio próximo, às 18h00 no Plenarinho da Assembléia, para discussão sobre a ampliação de vagas do EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) TADEU VENERI

### REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do Município de Quarto Centenário, pelas comemorações alusivas aos oito anos de emancipação político-administrativa do Município, em 29 de abril do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Quarto Centenário (Rua Raposo Tavares, s/nº - CEP 87365-000 - Quarto Centenário - PR e à Câmara Municipal de Vereadores (Av. Paraná, s/nº - CEP 87365-000 - Quarto Centenário-PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) NELSON TURECK

### REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do Município de Altamira do Paraná, pelas comemorações alusivas aos 22 anos de emancipação político-administrativa do Município, em 27 de abril do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná (Rua Cantu, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná - PR e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Cantu, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná-PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) NELSON TURECK

### REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do Município de Rancho Alegre D'Oeste, pelas comemorações alusivas aos doze anos de emancipação político-administrativa do Município, em 20 de março do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Rancho Alegre

D'Oeste, pelo seu Prefeito Municipal Sr. Valdinei José Pelóí (Av. Paraná, 110 - CEP 87395-000 - Rancho Alegre D'Oeste-PR) e à Câmara Municipal, pelo seu Presidente, Sr. José Maria da C. Faria (Av. Paraná, 672 - CEP 87395-000 - Rancho Alegre D'Oeste-PR).

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos visando a redução da tarifa mínima de água e esgoto dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica em razão do pedido dos Vereadores do Município de Rolândia, em atendimento às reivindicações dos comerciantes da região, que insurgem-se contra as altas tarifas de água e esgoto que são cobradas de seus estabelecimentos. Para tanto, requer a alteração do valor da tarifa comercial/industrial, de modo que a tarifa mínima cobrada seja o mesmo valor da tarifa residencial.

Salienta-se que o valor cobrado atualmente, é incompatível com o consumo real de água pelos estabelecimentos comerciais, onerando financeiramente as empresas de pequeno porte e ocasionando o corte do fornecimento do serviço pela falta de pagamento.

#### REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o Deputado que ao final subscreve, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos com vistas à expedição de cédula de identidade gratuita para as pessoas com renda mensal de até dois salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A carteira de identificação pessoal é, do ponto de vista da cidadania, um direito irrefutável, e, por isso, deveria ser oferecida de forma gratuita a todos os cidadãos. A cobrança de taxas para sua expedição constitui-se em empecilho para o acesso de parte significativa da população a esse documento, comprometendo o pleno exercício da cidadania.

Isentando as pessoas que percebem até dois salários-mínimos mensais, da taxa de expedição de Carteira de Identidade, significa o reconhecimento,

por parte do Estado, de um direito inalienável dos cidadãos.

#### REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o Deputado que ao final subscreve, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Frederico Alvarez, Diretor da Brasil Telecom - Filial Paraná, solicitando a instalação de um aparelho telefônico de uso público (orelhão), no Bairro Teixeira, Município de Cerro Azul.

Requer, outrossim, seja encaminhado ofício no seguinte endereço: Av. Manoel Ribas, 115 - 17º andar, Curitiba-Paraná, CEP 80.410-905.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação tem por objetivo atender as constantes solicitações da comunidade que reside no bairro Teixeira, localizado no Município de Cerro Azul, tendo em vista a grande importância que esse imprescindível serviço representa no cotidiano das pessoas.

Ressalta-se que a população que reside no local, cerca de quinhentas pessoas, encontra-se totalmente isolada, haja vista que o telefone mais próximo fica a uma distância de aproximadamente quinze quilômetros.

Requer ainda que o referido telefone seja instalado próximo à ponte entre os Municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul, com vistas a beneficiar a população dos dois Municípios.

#### REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzi, solicitando medidas urgentes quanto à construção de um campus definitivo da UNIOESTE no Município de Medianeira.

Requerem, ainda, que do presente se dê ciência à Vereadora Maria Elena Barp, autora da reivindicação, na Câmara Municipal de Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA e

ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

São necessárias providências urgentes para impedir o encerramento das atividades da UNIOESTE no Município de Medianeira por falta de um campus próprio, sendo que o terreno já foi doado pela Prefeitura e a construção aprovada nos Conselhos da Universidade, e

até a presente data encontra-se aguardando a liberação de verba por parte do Governo Estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Artagão Júnior que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ao Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Superintendente do INCRA no Estado do Paraná a seguinte solicitação:

Face à aquisição de 25 mil hectares da Fazenda Araupel no município de Quedas do Iguaçu por parte do INCRA para assentamento das famílias sem-terra, solicito e sugiro às autoridades competentes que, pelo menos trinta por cento dessas terras sejam destinadas às famílias que já moram no Município de Quedas do Iguaçu e adjacências.

Tal solicitação prende-se ao fato de que uma boa parte das pessoas do MST que estão aguardando a distribuição dessas terras, não são moradores dessa região e nem pessoas de boa índole. Vale mencionar que nas últimas semanas do mês de abril, ocorreram três assassinatos naquele acampamento.

Ressalta-se ainda que, anexo ao acampamento MST, existe um outro acampamento denominado Bandeira Branca. Formado por moradores daquela região. Esse acampamento Bandeira Branca produziu, contando apenas com a ajuda do comércio local na doação de sementes e insumos, uma grande quantidade de arroz e feijão para o consumo próprio. Tamanha foi essa produção que possibilitou, até mesmo, comercializar o que não consumiram. Não obstante, estarão colhendo nos próximos dias dez mil sacas de milho, plantados entre as fileiras do reflorestamento de pinus da empresa Araupel, indicando que, mesmo sem um local próprio para o plantio, essas pessoas têm o grande interesse em trabalhar na produção agrícola, apresentando inclusive resultados positivos.

Sendo o que tenho para o momento, aguardo um parecer ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando a pavimentação com pedras irregulares nos trechos - Planalto D'Oeste, Distrito de Nova Santa Rosa à Santa Rita D'Oeste, Município de Terra Roxa, totalizando seis quilômetros - Planalto D'Oeste, Distrito de Nova Santa Rosa à Ponte da Esquina Bandeirantes, Município de Marechal Cândido Rondon, totalizando dois quilômetros.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Noedi Max Hardt, na Câmara Municipal de Nova Santa Rosa e ao Vereador Hélio Marques, na Câmara Municipal de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme relato dos vereadores, os trechos citados encontram-se em precárias condições de tráfego, o que piora nos dias de chuva e nos períodos de escoamento da safra agrícola.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 163/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação ou outro órgão que venha a sucedê-la, sistema de transporte para alunos da Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio a fim de que possam se deslocar para realizar atividades curriculares e extracurriculares em espaços culturais, científicos e outros.

Art. 2º - Para assegurar o transporte de alunos por ocasião de realização de visitas pedagógicas a espaços culturais, científicos e outros, o órgão referido no artigo 1º manterá frota pública de veículos ou contratos com prestadoras de serviço do setor.

Art. 3º - Na forma desta lei serão asseguradas, no mínimo, quatro visitas anuais para cada escola, desde que previstas no calendário escolar anual.

Art. 4º - Além das quatro visitas previstas no calendário escolar, poderá ser solicitada uma outra a cada ano, desde que com quinze dias de antecedência.

Art. 4º - Fica vedada a cobrança de quaisquer valores de alunos para pagamento do deslocamento através do sistema de transporte criado por esta lei.

Art. 5º - As despesas com a aplicação desta lei terão como fonte os recursos próprios do Estado do Paraná destinados à Educação Básica, além dos valores constitucionais vinculados.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

É de todos conhecidas as dificuldades enfrentadas pelas escolas estaduais quando pretendem levar seus alunos para realizar atividades curriculares e extracurriculares consistentes em visitas a museus, espaços científicos e demais espaços culturais.

A grande dificuldade enfrentada, na quase totalidade das vezes, diz respeito ao transporte dos alunos até os locais onde se pretende visitar.

A impossibilidade de a escola arcar com as despesas do transporte deixa apenas duas possibilidades: 1) a direção da escola passa a solicitar de agentes políticos que forneçam veículos ou ajudem a pagar o transporte; 2) simplesmente não possibilitam aos alunos que ampliem seus conhecimentos através da visita a um espaço cultural.

É certo que essas duas possibilidades são indesejáveis por todos aqueles que defendem um ensino público de qualidade. São indesejáveis, pois afastam os estudantes do acesso ao conhecimento histórico e coletivamente produzido.

Para que não se invoque o artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, a fim de sustentar a inconstitucionalidade da presente norma por apresentar vício de iniciativa, ressalte-se que o controle de constitucionalidade de lei deve ser feito sobre seu aspecto formal e material.

A aplicação exclusiva do artigo 66 da Constituição Estadual, nele enquadrando todas as matérias que façam qualquer referência ao funcionamento das Secretarias e demais órgãos, bem como suas funções, não passa de análise meramente formal.

Analisar a constitucionalidade material de uma norma significa compreender a origem dela e seu alcance social.

Nesse sentido já se manifestou o doutrinador constitucionalista Paulo Bonavides.

“As constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder.

Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: “A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos”.

O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da Lei, outorga a quem o exerce, competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

“É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida

em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª Edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270”.

É preciso ir ao espírito do projeto de lei para compreendermos a sua importância para os estudantes paranaenses e para ampliação de oportunidades a todos os alunos da rede pública de ensino do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 164/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Concede isenção ao pagamento da taxa da cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até dois salários-mínimos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A carteira de identificação pessoal é, do ponto de vista da cidadania, um direito irrefutável, e, por isso, deveria ser oferecida de forma gratuita a todos os cidadãos. A cobrança de taxas para sua expedição constitui-se em empecilho para o acesso de parte significativa da população a esse documento, comprometendo o pleno exercício da cidadania.

Assim, a aprovação do projeto de lei em tela, isentando as pessoas que percebem até dois salários-mínimos mensais, da taxa de expedição de Carteira de Identidade, significa o reconhecimento, por parte do Estado, de um direito inalienável dos cidadãos.

**PROJETO DE LEI Nº 165/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde é constituído por 28 Municípios, sendo representados pelos Prefeitos Municipais de Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairacá, Inajá, Itaipava do Sul,

Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

Os serviços que são gerenciados pelo Consórcio são: Centros Regionais de Especialidades - CRE's de Paranaíba e Loanda; Hemonúcleo Regional; Casa do Aguardo e COAS.

As unidades de prestação de serviços de saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS têm por finalidade oferecer serviços especializados à população dos 28 municípios. Todos os serviços oferecidos são referenciados por médicos dos sistemas municipais de saúde.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mesmo não pertencendo à Base de Sustentação do Governo do Estado, sinceramente, gostaria de estar aqui ocupando esse espaço para poder falar das coisas boas desse Governo, mas, infelizmente, mais uma vez me vejo na obrigação de subir a esta tribuna para fazer cobrança dos compromissos assumidos durante a campanha.

Quero, sim, a coerência entre o discurso e as práticas. Este é um Governo que pretende ter a sua marca principal, a inclusão social, como é noticiado por aí. E foi justamente com essa preocupação que o Governador fez ontem, na sua reunião semanal, a chamada “escolinha do Governador” com toda a sua equipe, durante a qual a Sra. Zilda Arns, abnegada criadora da Pastoral da Criança, proferiu brilhante palestra expondo o seu trabalho em prol das mulheres grávidas e das crianças, principalmente, que foi o resultado da redução acelerada da mortalidade infantil, não só aqui no Brasil, mas também em outros países onde a Pastoral da Criança serviu como modelo desse trabalho maravilhoso que é desenvolvido por essa ilustre brasileira.

Eu tive inclusive a oportunidade de conhecer na íntegra, durante esta madrugada, o pronunciamento da Sra. Zilda Arns, que foi repetido diversas vezes na TV Educativa. E, a propósito, a Sra. Zilda Arns solicitou ao Sr. Governador atenção especial à educação em tempo integral. Exigiu, inclusive, com todo o seu conhecimento, que o Governo faça os investimentos nessas atividades, em cursos na área de esportes como forma inclusive de estimular cada vez mais a permanência dessas crianças, desses jovens, na escola.

E foi justamente neste sentido, que apresentei nesta Casa, o Projeto de Educação em Tempo Integral, que ini-

cialmente foi vetado pelo Governador Roberto Requião, mas que nós, com apoio da maioria dos Deputados desta Casa, conseguimos derrubá-lo.

E aproveitamos até mesmo para agradecer os deputados que nos acompanharam nesta votação, por saber da importância do Projeto, para que haja a maior atenção dos governantes, sobretudo com os investimentos na área educacional. Aliás, pelo jeito, a atenção do Governo está em falta também com as gestantes do Estado do Paraná.

Vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que diz hoje uma matéria que está no Jornal Gazeta do Povo: “Grávidas estão impedidas de dar aulas em Foz do Iguaçu. O Governo do Estado não está dando carga horária completa de aulas a professoras grávidas contratadas pelo processo seletivo simplificado. O Governo chegou a emitir um documento afirmando que as grávidas teriam seus contratos rescindidos, mas segundo a APP Sindicato, que representa os professores contratados pelo Estado, o Núcleo Regional de Educação, ofereceu às mulheres grávidas, às professoras, somente aulas de reposição ou carga abaixo das 40 horas estabelecidas nos contratos de trabalho”.

Quero citar apenas aqui o exemplo de uma jovem professora, grávida de sete meses, Elisiane de Almeida, celetista do Estado desde 97. Ela está sem trabalhar há dois meses e recentemente recebeu do Núcleo de Educação, uma proposta para ministrar dezoito aulas do período noturno em duas escolas situadas nos dois extremos da Cidade de Foz do Iguaçu, uma na região Norte, a outra na região Sul. Antes dessa mudança, ela trabalhava quarenta horas em escolas próximas à sua residência. E ela afirmou ao jornal: “disseram que tinham resolvido o assunto, mas agora estão dando sobra de aulas para nós”.

Veja a importância e a gravidade desta denúncia que trazemos na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na tarde de hoje, Sr. Presidente, porque é, no mínimo, preocupante que isto esteja ocorrendo num Estado cujo Governador fala tanto em política de inclusão social. Sem poder efetivo para demitir essas gestantes - já que a Constituição Federal assegura a estabilidade para as mulheres que estão em período de gestação -, o Governo pratica, covardemente, contra mulheres que estão precisando do salário e precisando que seja respeitada a Constituição Federal, a redução da carga horária com o intuito de reduzir os salários dessas professoras gestantes da rede estadual de ensino.

Meu Deus do Céu, aonde é que nós estamos? Peço a compreensão do Sr. Governador do Estado para que ele tenha consciência do que anda ocorrendo dentro de um Município importante como é Foz do Iguaçu, Deputado Reni Pereira. Se isso ocorre num dos Municípios mais importantes do nosso Estado, imagina o que anda acontecendo em cidades menores, Deputado Valdir Rossoni? Por exemplo, em Bituruna, em União da Vitória, em outras cidades do Estado do Paraná, em Prudentópolis, Deputado; como será que está essa situação? Será que também há perseguição? Será que lá também estão bur-

lando a legislação para perseguir e tentar admoestar a integridade mental, inclusive psicológica dessas mulheres gestantes, num momento tão difícil como este?

Eu estou certo, aqui, Sr. Presidente, de que nem mesmo dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, agremiação que conta inclusive com aguerri-das lideranças defensoras dos direitos femininos, da garantia da liberdade individual, das minorias, como mul-heres pobres, as gestantes, tais ações encontram suporte. É uma pena até que a Deputada Elza Correia, que é da minha cidade, que eu tenho um respeito muito grande por ela, que inclusive assumiu recentemente o cargo máximo da responsabilidade feminina no Estado do Paraná, não esteja presente nesta reunião.

Este é o questionamento que faço na tarde de hoje para que o Secretário da Educação do Estado do Paraná, também professor, Maurício Requião, possa demonstrar a sua preocupação em relação a esse fato, que reputo como de extrema gravidade.

Era essa a denúncia e a preocupação que gostaria de externar na tarde de hoje aos ilustres Deputados e Deputadas desta Casa de Leis.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores no Pequeno Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PL, PPS.

(Declinam)

No Horário do PSL, concedo a palavra ao Depu-tado Luiz Carlos Martins.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, comunicar que, pelo que foi acordado, segunda-feira deverá ser votado o veto do Plano de Car-gos e Salários dos Professores.

Segundo, em relação a Curitiba, vou deixar algu-mas perguntas. Seria o papel do Vereador, até relemb-rando do tempo de Vereador de Curitiba, a respeito da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Curitiba.

Nem sei quem é o Secretário de Comunicação de plantão, porque já mudaram tanto de Secretário. O Caíque assumiu. Não sei até quando. Era o Sérgio Reis, já não é mais. Um grande profissional, com uma história bonita, entendedor das comunicações, da publicidade.

Tivemos grandes nomes na Secretaria de Comuni-cação, mas tem mudado tanto. Todos sabem que sou pro-prietário de uma emissora de rádio, que sou radialista e estou Deputado. Sou jornalista e tenho o maior orgulho, como os demais companheiros têm, desta profissão que é tão nobre.

A nossa emissora lidera, no segmento de AM em Curitiba e Região Metropolitana. Todos sabem disso. Primeiro lugar absoluto de audiência, porque temos uma equipe formidável de grandes profissionais. Pedi para que o departamento comercial entrasse em contato com a

Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Curitiba para mostrar o que é a Rádio Banda B, o que ela significa, a audiência que ela tem, o público que ela atinge, e desco-bri que não era mais o Sérgio Reis o Secretário da Comu-nicação.

Por que muda tanto? Seria aquela sala? Por que essa mudança quase que constante de Secretário da Comunicação da Prefeitura de Curitiba? Sem fazer chan-tagem nenhuma! Quem me conhece sabe disso, não faço e não aceito chantagem! Estou fazendo isso porque tra-balho num veículo que faz o primeiro lugar em audiência no segmento de rádio AM e que temos uma folha de pag-amento alta, com profissionais responsáveis, consagra-dos. É como no caso do Governo do Estado, o Prefeito Cássio sabe que não faço chantagem, que não estou fazendo isso para levar verba de comunicação. Isso eu não faço! O Governador Requião também sabe disso pois eu não faço e jamais farei isso, como o Deputado Barbosa Neto que é radialista e jornalista não faz e o próprio Jocelito e tantos outros aqui. Então, são apenas esses questionamentos que gostaria realmente de saber.

Nós temos na emissora de rádio o Bolsão de Emprego, a bolsa de empregos, de hora em hora, que oferece empregos para o povo e, de repente, começamos a descobrir que estão faltando alguns profissionais, por exemplo, marceneiro, pessoal de marmoraria, serralheiro, pizzaiolo, por incrível que pareça, padeiro, confeitiro, e há uma necessidade muito grande desses profissionais.

Quero sugerir ao Governador Roberto Requião que na “escolinha” da terça-feira, peça para o Secretário do Trabalho e Ação Social, Padre Roque, para que leve na “escolinha” as profissões que estão com dificuldade ou os ramos, os segmentos, para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é um dinheiro do trabalhador, seja uti-lizado na reciclagem e na formação desses profissionais e que a Secretaria do Trabalho e Ação Social utilize esse dinheiro para formar novos profissionais nesses segmen-tos, não só em Curitiba, mas em todo o Paraná. Que o Padre Roque ofereça ao Governo um projeto de formação desses profissionais, que tem carência no mercado, e din-heiro para isso tem, que é o dinheiro do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. É uma sugestão que eu faço ao Governador Roberto Requião, não só em Curitiba, em todo o Estado do Paraná.

Eu estava vendo, hoje, o Deputado Edno Guima-rães, em Cianorte, que é um centro de confecções, e lá está faltando mão-de-obra. Então, o que tem que fazer são cursos para mão-de-obra nas confecções e o dinheiro existe, que é do Fundo de Amparo ao Trabalhador que, hoje, está sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social do Padre Roque. São sug-estões que deixo aqui e que a Assembléia Legislativa pode contribuir bastante.

Continuo batendo: gostaria de saber da Prefeitura de Curitiba por que a mudança constante de Secretário da Comunicação? Muda Secretário como se muda de cam-isa, de sapato! Não pode! São grandes profissionais que



passam por ali. Agora, o Deputado Rafael Greca acaba de informar que o novo Secretário da Comunicação da Prefeitura de Curitiba é o Caíque.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos Srs. Parlamentares que hoje, às 17h00 teremos uma Sessão Solene quando será concedido o título de Cidadania Honorária do Paraná ao ex-Governador Paulo Cruz Pimentel.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PPS se fará uso do seu horário.

**(Declina)**

Consulto a Liderança do PSB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Reni Pereira.

#### O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupei este espaço, nesta tribuna, na segunda-feira, para falar da maturidade de alguns partidos políticos que em Foz do Iguaçu se uniram e é em nome dessa maturidade política que gostaria de deixar bem claro que, em nenhum momento, nesta tribuna, eu afirmei que seria candidato, porque o candidato seria escolhido dentre esse colegiado de partidos.

É em nome dessa maturidade que hoje venho aqui para ressoar as palavras do Deputado Nelson Barbosa Neto, que levantou a questão de algumas professoras em Foz do Iguaçu, professoras essas que pela sua condição, que eu diria até sagrada, tendo em vista que domingo próximo, sem exceção, todos nós estaremos homenageando as nossas mães. Todos os Deputados, os membros da imprensa, os funcionários, porque um dia ela esteve grávida e deu à luz aquilo que é esperança de um mundo melhor. E é através dessa condição de grávida que a mulher deixa de ser menina e passa a ser mãe.

E, infelizmente, em Foz do Iguaçu, se é que é verdade, e eu gostaria de apelar agora em nome da maturidade política, desprovido de qualquer veículo ao Deputado Dobrandino de Foz do Iguaçu, ao Deputado Chico Noroeste, para que, em nome deste Poder Legislativo, em nome das prerrogativas nossas como Deputados, levantamos. E eu quero crer que isso seja verdade.

Pode ter havido um equívoco e alguma coisa esteja errada, porque se realmente for verdade que o Governo chegou a emitir um documento afirmando que as grávidas teriam seus contratos rescindidos, isso é muito grave! Quero crer que isso não aconteceu!

#### O Sr. Chico Noroeste

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento e dizer também que fiquei surpreso ao tomar conhecimento

dessa matéria, ao saber do teor dessa matéria na Gazeta do Povo.

Realmente, é preocupante. Caso seja verdade é muito lamentável, que segundo o jornal, é, na verdade, uma discriminação.

E eu quero aqui, desde já, convidar V. Exa. e também ao Deputado Dobrandino para que, quando chegarmos amanhã em Foz do Iguaçu, possamos investigar e saber da veracidade dessa matéria que está estampada aí na Gazeta do Povo.

Portanto, quero me solidarizar e quero me somar a esta preocupação que V. Exa. tem, com relação aos nossos professores de Foz do Iguaçu.

#### O SR. RENI PEREIRA

Agradeço o aparte, Deputado Chico Noroeste, e gostaria de esclarecer principalmente ao Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, que nós precisamos, sim, levar ao conhecimento do Secretário da Educação, essa situação de Foz do Iguaçu, pois, segundo consta na reportagem, existem professoras que, pelas suas condições de gravidez, estão há mais de dois meses sem dar aula. E não é licença-maternidade!

Foram afastadas e como se resolvido estivesse o assunto, deram sobra de aulas para essas professoras!

Então, é grave a reportagem, porque não se trata aqui de um erro administrativo. Trata-se, simplesmente, de uma perseguição, e como disse o Deputado Chico Noroeste, de uma discriminação!

#### O Sr. Natálio Stica

V. Exa. me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Reni, agradeço o aparte e gostaria de deixar claro que este assunto está definitivamente resolvido. A Secretaria da Educação me mandou uma nota dizendo que não é obrigação da Secretaria. A primeira orientação partiu do Núcleo de Maringá com uma assinatura que não é da Chefe do Núcleo. Alguém assinou, está lá no pezinho da página. A Secretaria já tomou as providências e pede que aonde tenha casos, que tragam os nomes, que se estiverem afastadas, serão reconduzidas.

Não é orientação da Secretaria, o senhor me passa os nomes, por favor na seqüência, que nós então solucionaremos definitivamente o problema da região.

Muito obrigado.

#### O SR. RENI PEREIRA

Só gostaria de informar ao Líder do Governo, se resolveram em Maringá, em Foz do Iguaçu - que é a pauta da matéria da Gazeta do Povo -, não foi resolvido.

Então, estenda a resolução do problema também a Foz do Iguaçu.

#### O Sr. Dobrandino da Silva

Permite-me um aparte, nobre Deputado?

**(Assentimento)**

Vamos esclarecer agora, acabei de falar com o Núcleo Regional de Ensino de Foz do Iguaçu. Saiu no jornal, lá em Foz. Não é verdadeira a matéria, Deputado Barbosa Neto. Essas professoras fizeram aquele teste PSS, não foram chamadas ainda porque não tem aula ainda para elas. Então, é claro que o Governo do Estado jamais vai agir da lei e se isso fosse realmente verdade, Deputado, nós iríamos realmente chamar a atenção e falar com o Governador, porque este Governo não admite injustiça! Essas professoras fizeram o teste em um grupo grande e todos que passaram estão buscando espaço, mas só que não tem aula ainda para serem chamadas, mas, à medida que tenha aula, elas serão chamadas, como qualquer outra.

Então, não procede essa denúncia que está no jornal.

**O SR. RENI PEREIRA**

Deputado Dobrandino, agradeço o aparte e vamos encaminhar cópia dessa reportagem para V. Exa., para o Deputado Chico Noroeste, para o Líder do Governo e também para o Presidente da Comissão de Educação desta Casa, porque, segundo consta na reportagem, essas professoras já estariam dando aula e então teria a perseguição.

Torço para que o senhor esteja com a razão e isso seja realmente um erro da reportagem, porque, se for verdadeiro, será demagogia toda homenagem que faremos no dia de domingo às nossas mães, porque, enquanto nós não respeitamos o verbo sagrado da maternidade, nós não podemos reconhecer a nossa própria mãe.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 051/2004, subscrito pelo Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, justificando sua ausência nos dias 03 e 04 do corrente mês, por problemas de saúde. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 053/2004, subscrito pelos Deputados Ratinho Júnior, Marcos Isfer, Waldir Leite e Felipe Lucas, membros do PPS - Partido Popular Socialista, comunicando que a partir de 01 de maio de 2004, o Deputado Ratinho Júnior foi designado como Líder da Bancada. **À Diretoria Legislativa e Diretoria de Plenário, para anotações.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 474/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano - ASBOMS, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003).**

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 694/2003, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Henrique Pereira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/2003, de 19/11/2003).**

**ITEM 03**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 016/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

**ITEM 04**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Altônia. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003 em 13.10.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 617/2003**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro no Município de Altônia.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Entidade Ação Social Família Camiliana, do Município de Pinhais, com sede e foro no mesmo Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003 em 02.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 716/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Entidade Ação Social Família Camiliana, com sede e foro no Município de Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual à Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004 em 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 005/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Clube da Costela de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004 em 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 015/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública o Clube da Costela de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio-Familiar Formando o Cidadão de Astorga - CEASFAM, com sede e foro no Município de Astorga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004 em 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 018/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio-Familiar Formando o Cidadão de Astorga, com sede e foro no Município de Astorga.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Questão de ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria primeiro felicitá-lo pelo dia do seu aniversário e, a pedido de todos os Parlamentares, saber onde é a festa, porque, de repente, nós podemos nos perder e a Cidade é grande, então, precisamos do endereço.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero aproveitar a oportunidade e dizer que nós vamos comemorar na próxima terça-feira e vocês receberão o convite para o jantar.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Círculo Italiano de Medianeira, Sociedade Civil Beneficente e Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2004 em 29.03.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 085/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública o Círculo Italiano de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata (ABEMA), com sede e foro no Município de Palmas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2004 em 06.04.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 109/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata, com sede e foro no Município de Palmas.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.314 de 16 de fevereiro de 2004. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 025/2004 em 12.04.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Tureck, altera o artigo 1º da Lei nº 14.314 de 16 de fevereiro de 2004, que declarou de Utilidade Pública a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Luciane de Almeida Liberal, do Município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, com sede e foro no mesmo Município. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2004 em 13.04.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 122/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOCELITO CANTO - Relator

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)**

Eu gostaria, embora não seja necessário, de justificar a minha ausência nos últimos dias, segunda-feira e terça-feira.

Para aqueles que fizeram críticas sobre a minha ausência, eu sou um homem, já de 41 anos, sou responsável pelos meus atos, sou padre há 15 anos, o que reputa a mim, uma grande seriedade. Sou professor universitário, muito responsável pelos meus atos. Quando eu falto aqui nesta Assembléia, falto porque realmente tenho que faltar.

Estive hospitalizado segunda-feira e terça-feira, saindo hoje do hospital, conforme atestado médico que se encontra na mesa. O que eu não quero e não aceito, são críticas, piadinhas, fofocas ou coisas desse nível com relação à minha pessoa. quando alguém tiver dúvida e precisar de resposta procure-me pessoalmente ou a minha assessoria de gabinete. Quando disse que estive ausente porque tive ontem problemas para serem resolvidos, na Casa e que eram sérios, precisavam votar, precisava manter ou derrubar veto ou projetos ou mensagens do Governador, saibam aqueles que fizeram tais críticas que eu não sou homem de fugir da raia.

Quinze anos de Ministério Presbiterial, já quase 20 anos de ministério na área da Educação, eu já aprendi muito bem enfrentar os problemas. Não sou, Deputado Artagão, homem de fugir da raia.

Aqueles mais uma vez que fizeram críticas infundadas, que não se faz, porque isso é falta também de decoro parlamentar, falem comigo, embora fiquem sabendo o porquê estive ausente segunda-feira e terça-feira.

Claro que não foi o Artagão.

Também, quando estive ausente na Semana Santa, foi justificada a minha ausência, aqui, com ofício, que estava fazendo retiro espiritual conforme prevê o Código da minha Igreja, direito Canônico e, que alguns colegas fizeram piadas abusivas, à minha ausência, na Semana Santa. A resposta eu também já dei, mas quero fazê-lo agora em público.

Sou responsável pelos meus atos. Quando me ausento desta Casa, embora não seja necessário, por um ou dois dias, mas eu sempre deixo a justificativa oficial da minha ausência.

Que fique registrado essa minha queixa e eu exijo que seja tratado com respeito, porque sou Deputado como todos os demais, com os mesmos direitos, que todos os demais Deputados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela Ordem, o Deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Eu gostaria que o Deputado Padre Paulo pudesse nos reportar aqui o que se trata. É dirigido a algum de

nós, o que aconteceu? Porque nós estamos preocupados. Estamos vendo aí que o senhor está realmente consternado com tudo que aconteceu e nós temos um respeito muito grande por V. Exa.. O senhor citou o nome do Deputado Artagão. O que é que ele tem a ver com tudo isso, eu gostaria de saber?

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS**

Eu citei o Deputado Artagão porque ele estava se comunicando com o olhar comigo, mas não foi ele, foram outros colegas que eu prefiro não citar nomes, que fizeram piadas, chacotas, quanto à minha ausência. Disseram inclusive, porque ontem tinha que votar a Mensagem do Governador, e por isso, eu estive ausente.

Confirmo, mais uma vez, Deputado Barbosa Neto, eu não sou homem de fugir da raia, não é o veto que devo votar ou manifestar a minha posição em público, que me afastaria daqui. Absolutamente, não! Prefiro não citar nomes de quem fez, mas são colegas Deputados desta Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**(Lê ofício comunicado do Padre Paulo Campos).**

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Sr. Presidente, ontem, conforme V. Exa. foi notificado, eu estive em Brasília a convite da Primeira Dama do Estado do Paraná, a Sra. Maristela Requião, ela, que dirige o Museu Oscar Niemeyer, aqui no nosso Estado, e tivemos uma audiência com o Ministro Luiz G. em Brasília e tivemos uma audiência também com a direção da PETROBRAS no Rio de Janeiro e também conversamos com o Ministro José Dirceu.

O objetivo dessa ida da Sra. Maristela Requião até o Rio de Janeiro e até Brasília, foi na busca de recursos para realização de duas exposições aqui no Museu do Estado do Paraná, no Museu Oscar Niemeyer.

Gostaria apenas de salientar que esse pleito, a realização dessa exposição, foi coroada de êxito, porque agora, neste segundo semestre, a PETROBRAS deverá alocar recursos para que isto seja feito aqui no Estado do Paraná.

Então, era com o objetivo de fazer este comunicado a V. Exa., e aos Srs. Deputados, trazendo a esta Assembléia o resultado desta pequena viagem que realizamos até Brasília e no Rio de Janeiro, no dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero participar a esta Casa que realmente o Deputado Ângelo Vanhoni me comunicou oficialmente no dia de anteontem que faria uma visita a Brasília, junto com a Primeira Dama, Maristela, para tratar de interesses do Paraná.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 762, 773 e 774, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 763 a 765, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 767, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 768, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 769, de autoria do Deputado Artagnão Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 771, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157 e 725/2003.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617 e 716/2003; 005, 015, 018, 085, 109, 111 e 112/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 416, 570 e 698/2003; 042, 043, 058, 100, 106 e 113/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.853/2004, datado de 30 de março de 2004, apenso ao nº 1.634/2004, datado de 22 de março de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto e Renda retido na fonte dos proventos de inatividade de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula nº 086, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, aposentado no

cargo em Comissão DAS-4, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro e, conforme o inciso XXVIII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal e, inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.04.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 029/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2657, datado de 23 de abril de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO S. DE CRISTO, matrícula nº 00611, de trinta (30) dias, a partir de 11 de abril de 2004, término 11 de maio de 2004. CID. S.60.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.04.2004.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 030/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

Designar os servidores HELIO MANFRINATO FILHO, RAUL DE ARRAZÃO e PEDRO MARTINS, para integrar Comissão Especial de Avaliação, dos veículos pertencentes à frota desativada, deste Poder, que serão vendidos em leilão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.05.2004.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

### Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do

Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 435/2003, 452/2003 e 456/2003. Na sequência o Deputado Ribas Carli apresentou o Projeto de Lei nº 077/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Antonio Anibelli e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Dr. Luciano Ducci, Chico Noroeste, Durval Amaral, Duílio Genari, Neivo Beraldin, Elza Correia e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária e o termo de Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Jocelito Canto - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 98/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock às emendas de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - REJEITADO por 7x4 votos. O Presidente em exercício, Deputado Antonio Anibelli designa o Deputado Chico Noroeste como novo Relator; 03) Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 736/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Ilkiv. O Deputado Tadeu Veneri apresenta voto em separado sugerindo a devolução da matéria ao autor para readequação. O Relator, Deputado Durval Amaral acata voto em separado do Deputado Tadeu Veneri - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 10/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 19/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Os Deputados Jocelito Canto, Delegado Bradock, Marcos Isfer e Durval Amaral solicitam vistas - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº

41/2004, de autoria do Poder Executivo. Concedida pelo Presidente vistas comum a todos os Deputados; 09) Projeto de Lei nº 01/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter às emendas de Plenário, na forma da sub-emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Os Deputados Jocelito Canto, José Maria Ferreira e Pedro Ivo Ilkiv, solicitam vistas - Concedida pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 23/2003, de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado Jocelito Canto solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 24/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado Jocelito Canto solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Deputado Neivo Beraldin solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 716/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 05/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 15/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 18/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 66/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Altera a Lei nº 8.687/87. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 85/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 97/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 109/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 121/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 122/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. O Deputado Tadeu Veneri solicitou a palavra e questionou o Deputado Antonio Anibelli, Relator do Projeto de Lei nº 41/2004 com relação ao seu parecer. O Deputado Antonio Anibelli explicou a ausência do projeto e parecer nesta reunião. O Deputado Tadeu Veneri pediu que constasse em Ata que o Deputado Antonio Anibelli se comprometeu a fazer o relatório na próxima

reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputa-

dos presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA- Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária